



## O ENSINO DE PRODUÇÃO TEXTUAL NOS MÓDULOS FINAIS I, II, III E IV DA EJA

## TEACHING TEXT PRODUCTION IN THE FINAL MODULES I, II, III AND IV OF EJA

DOI: 10.5281/zenodo.10052181

*Aimê Felix Pordeus<sup>1</sup>*

*Ana Clara Oliveira Espinhara<sup>2</sup>*

*Gean Carlos Souza Araújo Filho<sup>3</sup>*

*Mateus Fernandes Florentino<sup>4</sup>*

*Melk Andrade Costa<sup>5</sup>*

**RESUMO:** Este artigo aborda a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma modalidade educacional fundamental para indivíduos que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola ou continuar seus estudos. A análise inclui uma visão histórica da EJA no Brasil, destacando o papel de Paulo Freire na alfabetização de adultos e as mudanças estruturais ocorridas em 2016. Os princípios reguladores da EJA, como inclusão e igualdade de oportunidades, são discutidos em relação à legislação educacional. A produção textual e a importância da leitura são enfatizadas como elementos essenciais no processo de aprendizagem. A discussão destaca a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas que considerem as experiências culturais dos alunos e promovam a autonomia na escrita e leitura.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; Paulo Freire; Alfabetização de Adultos; Inclusão Educacional.

1 Licenciada em Letras, Português e Inglês, pela Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. E-mail: mecapordeus@gmail.com.

2 Graduanda Letras, Português e Inglês, pela Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. E-mail: ana.clara.st91@gmail.com

3 Licenciado Letras, Português e Inglês, pela Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Garanhuns. E-mail: gean19@gmail.com.

4 Graduando Letras, Português e Inglês, pela Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. Graduando em Economia pela Universidade do Norte do Paraná. E-mail: mateuschiaro@gmail.com

5 Graduando em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul. Letras, Português e Inglês, pela Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. Especialista em tutoria em EaD pela Faculdade de Educação São Luís. E-mail: melkandrade@hotmail.com.



**ABSTRACT:** This article explores Adult and Youth Education (Educação de Jovens e Adultos, EJA) as a crucial educational modality for individuals who have not had the opportunity to attend school or continue their studies. The analysis includes a historical perspective on EJA in Brazil, emphasizing the role of Paulo Freire in adult literacy and the structural changes that took place in 2016. The regulatory principles of EJA, such as inclusion and equal opportunities, are discussed in relation to educational legislation. Text production and the importance of reading are emphasized as essential elements in the learning process. The discussion highlights the need for inclusive pedagogical practices that consider students' cultural experiences and promote autonomy in writing and reading.

**Keywords:** Adult and Youth Education; Paulo Freire; Adult Literacy; Educational Inclusion.

## INTRODUÇÃO

É notório que o direito à educação é garantido constitucionalmente a todo cidadão brasileiro. Entretanto, quando a Constituição Cidadã de 1988 foi promulgada, não era assim. Na verdade, ela retirava de parte da população um direito à educação equitativa, como parte de seus direitos fundamentais: o jovem e o adulto que não teve, à época que deveria, acesso à educação. Ainda hoje vemos que a quantidade de adultos analfabetos é bastante expressiva. Segundo Nazar (2023, p. 1) quase 10 milhões de brasileiros não conseguem ler e escrever, o que dificultará bater a meta do PNE em erradicar o analfabetismo até 2024.

Foi somente a partir da Emenda Constitucional nº 14, de 1996, que se estabeleceu o direito à educação àqueles que “não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 2019). É nessa parcela da educação que a EJA – Educação de Jovens e Adultos atua. A EJA visa, como princípio basilar, baseado no direito constitucional acima assegurado, garantir que aquele que não teve acesso, por diversos fatores, à educação no momento em que deveria, não seja prejudicado quando possuir esse interesse por uma educação de qualidade, garantindo, assim, dignidade a sua pessoa.

Assim, o objetivo deste trabalho é entender como é realizado o ensino da escrita nos módulos finais do ensino na educação de jovens e adultos. Utilizou-se de uma metodologia que buscou-se conceitos de várias referências no ensino de EJA no Brasil, em uma pesquisa



bibliográfica. Pretendemos, numa época próxima ao final do prazo do PNE, refletir sobre as leis que possibilitam a aplicação da modalidade de ensino EJA e, dessa forma, avançar sobre as práticas de leitura e escrita. Dessa forma, avançamos para a conceituação e aplicação da EJA.

## 1 A EJA

Sabe-se que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa a modalidade de ensino destinada a indivíduos que, por diversas circunstâncias, não tiveram a oportunidade de frequentar a escola ou de prosseguir com seus estudos. A modalidade se configura por meio de práticas pedagógicas adaptadas ao seu público, incorporando atividades que fomentam tanto a alfabetização quanto a aquisição de novas competências. Destaca-se a relevância social intrínseca à EJA. Este modo de ensino possibilita que jovens e adultos tenham seu primeiro contato com um novo universo educacional, que inicialmente se inicia com o processo de alfabetização e a prática da leitura e escrita, conseqüentemente promovendo autonomia e desempenhando um papel fundamental como um portal para a busca de novos conhecimentos.

### 1.1 Breves apontamentos históricos sobre a EJA

Antes de adentrar nos aspectos mais relevantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), é imprescindível contextualizar-se historicamente em relação aos programas que culminaram na configuração atual desta modalidade de ensino. No cenário brasileiro, a igualdade nunca foi um princípio norteador das relações sociais, apesar de a Constituição prescrever a necessidade de tratar os indivíduos igualmente e os desiguais de forma diferenciada. Na prática, a igualdade de oportunidades foi frequentemente desrespeitada. A elite detinha o controle sobre a classe proletária, perpetuando a desigualdade em detrimento da igualdade preconizada pelas leis. Foi nesse contexto que a educação de jovens e adultos



teve seu início no Brasil. A partir da industrialização do país na década de 1930, iniciou-se um processo de ampliação do acesso à educação para todos os cidadãos, independentemente da idade, principalmente aqueles de baixa renda. No entanto, tal expansão visava, em grande medida, a manter o controle da elite sobre a classe trabalhadora, como destacam Almeida e Corso (2015, p. 1285).

Porém, a educação de jovens e adultos começou a ter mais cuidado pelo olhar do educador Paulo Freire, que implantou o seu método de ensino na alfabetização dessa parcela da sociedade. Freire e Carneiro (2016, p. 4), quando falam do método de Paulo Freire, afirmam que:

Suas primeiras experiências de aplicação do método se iniciaram na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1962, tendo a participação de 300 trabalhadores que foram alfabetizados em 45 dias. O método freireano estimulava a compreensão do registro escrito a partir do conhecimento do aluno e da conscientização da população sobre a realidade brasileira de maneira dialógica. Considerava que a educação, para ser transformadora e emancipadora, necessitava considerar e respeitar as pessoas, suas culturas e eu modo de vida.

Paulo Freire, por meio de seu olhar singular, deu voz a uma parcela marginalizada da sociedade, composta em grande parte por trabalhadores não alfabetizados. Naquela época, cerca de 55% da população brasileira acima dos 18 anos era considerada analfabeta (ALMEIDA & CORSO, 2015, p. 1287). Foi durante o período da ditadura militar que o governo federal lançou diversos programas de ensino supletivo, acompanhados do surgimento de movimentos de cultura popular e do MOBREAL, que representa o Movimento Brasileiro de Alfabetização (*Ibidem*, p. 1287; FREIRE & CARNEIRO, 2016, p. 4), porém, mobilizando um ensino que não tinha como alvo a criticidade do corpo discente maduro.

Passada a ditadura, pôde-se garantir o ensino por meio de uma nova sistematização das leis. Foi a Constituição Federal de 1988 que consagrou o acesso à educação para todos os cidadãos, incluindo aqueles que não tiveram a oportunidade de cursar as séries iniciais no tempo apropriado. Tal garantia foi assegurada por meio de Emenda Constitucional, retificando



uma ausência na redação original da Constituição. Mais adiante, em 1996, a Lei nº 9394, em seu capítulo V, intitulado "Educação de Jovens e Adultos," estabeleceu no artigo 37 que a EJA se destina àqueles que não tiveram acesso à educação ou não puderam dar continuidade aos estudos no ensino fundamental e médio na idade adequada. Essa modalidade de ensino é assegurada como gratuita, oferecendo oportunidades educacionais apropriadas, seguindo os princípios do método desenvolvido por Paulo Freire na década de 1950 (BRASIL, 1996).

## 1.2 Princípios Reguladores da EJA

As instituições do sistema educacional desempenham um papel primordial que é assegurar a total inclusão de toda a população em suas propostas. Isso ocorre porque, como mencionado anteriormente, a necessidade de um programa como a EJA surge da observação de que jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir a educação básica na idade apropriada enfrentariam dificuldades ao tentar acessar o sistema educacional de maneira igualitária àqueles que entram no sistema na idade regular. Portanto, o princípio fundamental deste programa é, sem dúvida, a inclusão desses jovens e adultos na educação.

Essa perspectiva da educação como um direito, conforme garantido pela Constituição nos níveis de ensino fundamental e médio e como um dever do Estado, ampliou a visão ao indicar que a educação básica deve começar na educação infantil e seguir até a conclusão do ensino médio. Dessa maneira, como parte das metas estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da EJA, a expansão do acesso à educação básica como um direito, por meio da universalização do ensino médio, foi vista como um elemento transformador da sociedade. Nesse contexto, tornou-se fundamental adaptar as necessidades específicas desse modelo educacional para jovens e adultos a fim de atender às diversas realidades possíveis, tornando a estratégia essencial para a didática desenvolvida, que visa atender às demandas dos matriculados na EJA.



# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Além disso, o combate à evasão escolar foi outro princípio norteador da EJA, destacando a necessidade de uma integração orgânica nas diretrizes do programa. É importante ressaltar que a base jurídica que sustenta esse programa tem como objetivo contribuir para a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social. A Constituição Federal estabelece o princípio de que toda forma de educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Sendo assim, retoma-se o Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, que tem como função assegurar o dever do Estado de promover igualdade de oportunidade, desenvolvimento da educação, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996). Atualmente, vigora a alteração desta, por meio da Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de novembro de 2009, os Incisos I e VII com as seguintes alterações:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

(...)

VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 2010).

Cumprido salientar que o programa é uma coparticipação entre Estados e Governo Federal através da - SECAD/MEC. Sobre o tema, temos que:

Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio... (BRASIL, 2000, p. 1).

Sendo assim, saber ler é uma necessidade objetiva do sujeito moderno. A modalidade EJA possui três metas claras em seus princípios reguladores que são a reparação, equalização e



qualificação do acesso à educação, significando não só a inclusão do matriculados aos devidos direitos civis pela restauração tardia de um direito constitucional negado, mas o reconhecimento perante de igualdade perante os seus pares. O foco no desenvolvimento do educando e, sobretudo sobre a melhoria de seu aspecto intelectual é diretamente ligado à transformação social do indivíduo, possibilitando aos matriculados novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. Destarte, passamos aos módulos como forma de contextualizar o ensino dividido em fases.

### 1.3 Módulos da EJA

Anteriormente a EJA era dividida em fases, cada uma de forma anual e com um exame final, após o aluno passar por todas as fases. Porém, em 2016 a EJA sofreu algumas mudanças estruturais, passando a funcionar de forma diferente, no que se refere aos módulos de progressão, em suas avaliações.

- As fases 1 e 2 da EJA passaram a ser conhecidas como Módulo Inicial I, II, III e IV, e a fase 3 e 4 ficou agora conhecida como Módulo Final I, II, III e IV.
- O Módulo Inicial pode ser dividido em 2 grupos. O grupo I e II compreendem os ensinamentos dos anos do ensino fundamental, em seu primeiro ao terceiro ano; o grupo II e III compreendem aos ensinamentos dos quarto e quinto do ensino fundamental.
- O Módulo Final, que também pode ser dividido em 2 grupos, compreendidos em sexto e sétimo ano (grupo I e II), e oitavo e nono ano (grupo III e IV).

Expostos os modos como a EJA foi articulado, passamos a uma parte essencial de nosso levantamento: a produção textual enquanto fator importante nos letramentos.

## 2. Produção Textual: Uma visão geral do Currículo Nacional

No Brasil, os parâmetros educacionais representam iniciativas governamentais destinadas a orientar as instituições de ensino sobre os conteúdos fundamentais a serem



abordados em todo o país, sendo obrigatórios na rede pública e opcionais na rede privada. Esses documentos têm como objetivo promover um ensino mais democrático e igualitário, não impondo os conteúdos ou a metodologia específica para os professores, permitindo-lhes manter sua autonomia e, ainda, adaptar os parâmetros de acordo com as necessidades regionais ou estaduais.

Dessa maneira, o primeiro documento com esse perfil foi o Parâmetro Curricular Nacional (PCN), introduzido em 1998. O PCN é subdividido em diferentes áreas do conhecimento e etapas de escolaridade. No contexto da disciplina de língua portuguesa, o documento enfatiza a importância do desenvolvimento da capacidade discursiva do aluno como uma competência crucial para a formação de cidadãos capazes de se expressar, interpretar textos e refletir sobre os fenômenos da linguagem. Destarte, na disciplina de língua portuguesa, o principal objetivo é habilitar os alunos a compreender e usar a língua em seus vários contextos, incluindo a produção e interpretação de textos, permitindo-lhes expressar-se e refletir sobre os aspectos linguísticos e comunicativos. O PCN destaca o texto (oral ou escrito) como a unidade fundamental de ensino, juntamente com a noção de gênero textual, enfatizando a importância de abordar diversas formas de texto e gêneros devido à sua relevância social e para uma compreensão mais profunda da organização textual.

Portanto, por meio da produção textual, os conhecimentos adquiridos sobre diferentes gêneros textuais podem ser praticados. Para desenvolver essa habilidade, os alunos precisam considerar o que dizer, para quem dizer e como dizer. Conforme Dolz, Gagnon e Decâncio (2010) destacam, a escrita é uma atividade mental que envolve diversos componentes cognitivos, incluindo o conhecimento do conteúdo temático e da língua. Além disso, a escrita é uma forma de expressão que permite aos alunos desenvolverem sua própria personalidade. Portanto, é essencial considerar os aspectos envolvidos na produção textual ao iniciar uma sequência de atividades que facilitem o processo de escrita para os alunos.

Sendo assim, quatro categorias didáticas de práticas de produção textual são apresentadas: a transcrição, que orienta o que dizer (plano de conteúdo) e como dizer (plano de expressão); a reprodução, que indica o que dizer, permitindo que o aluno escolha como



dizer; o decalque, que apresenta somente o como dizer, deixando o aluno escolher o que dizer; e, por fim, a autoria, que dá total liberdade ao aluno para determinar tanto o plano de conteúdo quanto o plano de expressão. No entanto, é importante observar que essas categorias não precisam ser aplicadas de maneira linear na sala de aula.

O documento de 2017, conhecido como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), introduziu novos elementos no ensino de língua portuguesa. Ele abordou aspectos tecnológicos que não estavam presentes no documento de 1998 (PCN). Dado o avanço da tecnologia e o desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), a BNCC destaca a importância de abordar aspectos multissemióticos e multimodais na disciplina de língua portuguesa. Mesmo com essa evolução, o texto continua sendo a unidade fundamental de trabalho, mas outras áreas e ferramentas podem ser exploradas para o desenvolvimento da produção textual, que veremos a seguir.

### 3.1 Produção Textual na EJA

No documento oficial de regulamentação da EJA, a "Proposta Curricular Para a Educação de Jovens e Adultos," o enfoque do ensino de língua portuguesa na EJA é direcionado para que o estudante aprenda a utilizar a língua de acordo com a adequabilidade de cada situação comunicativa. Isso implica que o professor, ciente de que a maioria dos alunos pertence ao segmento popular e não domina a língua culta, deve abandonar uma postura limitadora e adotar uma abordagem de ensino reflexiva. Essa abordagem tem como objetivo fazer com que o aluno compreenda a língua como um instrumento de expressão, em vez de um conjunto rígido de normas.

Geralmente, os alunos e alunas ingressam na EJA no Segundo Segmento do Ensino Fundamental, muitas vezes com habilidades limitadas de leitura e escrita. Isso representa um determinante crucial para a exclusão social, uma vez que a leitura e a escrita são elementos essenciais para a socialização (DOLZ, GAGNON & DECÂNIO, 2010, p.13). Britto (2016, p.33) destaca em "Máximas Impertinentes" como a habilidade de ler e escrever é fundamental



para uma adequada integração social, especialmente nos dias atuais. A medida em que a leitura está intrinsecamente envolvida em diversas práticas sociais, a impossibilidade de realizá-la, até certo ponto, impede que o indivíduo participe plenamente dessas práticas. Consequentemente, as pessoas precisam aprender a ler e a compreender uma variedade de textos por imposição da sociedade, sem a opção de escolha. Isso ressalta a importância da alfabetização e do letramento (DOLZ, GAGNON & DECÂNIO, 2010, p.13).

Verifica-se então, que a comunicação escrita é considerada um dos principais objetivos do Ensino Fundamental (*Ibidem*, p.13). Uma das estratégias propostas na "Proposta Curricular para o Ensino de Jovens e Adultos" para desenvolver a habilidade de escrita e transformar o estudante em um leitor competente e autônomo é incentivar o desenvolvimento da capacidade de expressão por meio da escrita. Essa responsabilidade recai sobre todos os professores, independentemente de sua área de atuação, uma vez que a escrita é uma habilidade essencial para todas as disciplinas e pode ser aprimorada com a ajuda de cada uma delas (*Ibidem*, p.16).

A "Proposta Curricular" também recomenda a realização de projetos interdisciplinares que abordem a leitura e a produção de escrita. Esses projetos envolvem todas as áreas do conhecimento, permitindo que os alunos pratiquem a escrita com maior frequência e tenham contato com diversos gêneros textuais, uma vez que cada disciplina lida com a escrita de maneira específica. Isso amplia a experiência do aluno com a escrita, enriquecendo sua competência comunicativa (*Ibidem*, p.16). Dessa forma, podemos avançar para nossas discussões acerca desse levantamento.

#### 4. Discussão

O homem é um ser social por excelência; a educação formaliza a sua identidade no mundo, o faz aprender novos conhecimentos e expressar sua ideologia, por isso, faz-se importante a sua alfabetização, e indo mais além, levá-lo à leitura e à prática da produção textual. Segundo Lemos (1999, p. 25), os jovens e adultos que procuram o ensino, buscam a melhoria profissional, a elevação da autoestima, a independência; busca também proporcionar



# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

bons exemplos aos filhos, o que leva-se a crer que o indivíduo busca fixar-se como ser humano-social. Neste sentido, pode-se perceber que a produção textual como prática da escrita está muito próxima da alfabetização, já que uma depende diretamente da outra:

"Alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Com efeito, ela é o domínio dessas técnicas em termos conscientes. É entender o que se lê e escrever o que se entende. (...) Implica uma autoformação da qual pode resultar uma postura atuante do homem sobre seu contexto. Por isso a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, apenas ajustado pelo educador. Isto faz com que o papel do educador seja fundamentalmente dialogar com o analfabeto sobre situações concretas, oferecendo-lhe os meios com os quais possa se alfabetizar" (FREIRE 1989, p. 72, *apud* LEMOS 1999, p. 12).

A prática da escrita está estritamente ligada à prática da leitura e vice-versa. Segundo Freire (1996, p. 22), o professor não deve transferir conhecimento, mas encontrar as possibilidades de construção e aprendizado adequadas, o que nos leva a crer que somente aprender o alfabeto e a formação das palavras já não mais é suficiente. Para que o aluno desenvolva estas práticas, torna-se necessário que o professor utilize uma metodologia interessante, que traga possibilidades de aprendizado, priorizando o desenvolvimento do aluno. Uma das formas mais interessantes de fixar o aprendizado da escrita é o incentivo à leitura.

Segundo Lemos (1999, p. 31 – 33), a leitura de bulas, jornais, receitas culinárias, são um bom começo para despertar o interesse do aluno, sendo necessário que os alunos comentem sua interpretação. Ao utilizar-se de suportes comuns ao cotidiano, como os mencionados, o hábito da leitura torna-se mais familiar, mais prazeroso, principalmente se o suporte utilizado for escolhido pelo aluno. Ao dominar a leitura, o aluno poderá desenvolver as condições necessárias para desenvolver a escrita, tornando-se assim mais autônomo, pois “[...] o comando da leitura e da escrita se dá a partir de palavras e de temas significativos à experiência comum dos alfabetizandos e não de palavras e de temas apenas ligados à experiência do educador” (FREIRE, 1997 p. 29).



A reflexão sobre as metodologias de ensino torna-se uma máxima dentro da prática da leitura e no desenvolvimento da escrita. Este ensino precisa ser chamativo, interessante para o aluno, para isso torna-se necessário conhecer o aluno, trazer temas e assuntos pertencentes ao universo do mesmo, o que denota uma preocupação mais específica na estrutura e no desenvolvimento das aulas. De acordo com Lemos (1999, p. 30 - 31), uma outra forma de estabelecer a prática da escrita é estimular os alunos à reescrever textos de seu cotidiano, tais como receitas de bolo, mas com a necessidade de atribuir significado pedagógico à essas atividades. O erro deve ser visto como tentativa de acerto, pois nota-se a busca ao erro como principal preocupação do professor: “A atitude tradicional do professor de português, ao receber um texto produzido por um aluno, é procurar imediatamente os ‘erros’, direcionar toda a sua atenção para a localização e erradicação do que está ‘incorreto’” (BAGNO, 2007).

Para Lemos (1999, p. 37), o aluno da EJA, em seu processo de escrita, irá representar na forma gráfica os fonemas, acontecendo erros ortográficos, sendo necessária a compreensão da ortografia e da norma padrão. E explica que, a escrita dá forma ao discurso do aluno, legítima e registra a fala, as visões de mundo, ideais, passagens do cotidiano, e toda essa perspectiva própria e individual tem que ser respeitada pelo docente (*Ibidem*, p. 30).

O papel do professor torna-se mais secundário neste processo, aqui percebe-se o produto do protagonismo do aluno dentro do aprendizado e do registro dos seus pensamentos dentro de sua ideologia, além da grande satisfação do aluno em registrar sua fala, seus pensamentos, por si só. A prática da escrita representa ainda mais: “[...] outra concepção tem aquele que vê na utilização da escrita também uma aquisição do poder político, econômico e mental [...]”. (LANDSMANN, 1993, apud LEMOS, 1999 p. 29-30). Além de todos estes fatos, a prática da escrita proporciona independência e autonomia no dia a dia, sendo um instrumento necessário para facilitar a sobrevivência, pois diminui a dependência de terceiros. É esta independência um dos produtos das práticas da leitura e da escrita, enquanto práticas



indissociáveis. Verifica-se também o impacto cultural no indivíduo, o desenvolvimento de um raciocínio mais crítico e ideológico como resultados destas práticas:

[...] se antes os textos geralmente oferecidos como leitura aos alunos escondiam muito mais do que desvelavam a realidade, agora, pelo contrário, a alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político é um esforço de leitura do mundo e da palavra.” (FREIRE, 1997, 19).

Dentro destas perspectivas de ensino, torna-se necessária a adequação do corpo docente, através de práticas pedagógicas mais inclusivas, que coloque para o aluno as situações cotidianas, fornecendo os meios para que o aluno treine e familiarize-se com as práticas mais comuns ao ambiente em que vive:

“[...] é fundamental que as escolas, prioritariamente as da rede pública, revertam a posição que o ensino da língua materna assume hoje entre nós, de que se vincula a uma pedagogia conservadora, que vê a escola como instituição independente das condições sociais e econômicas, espaço de neutralidade, de que estariam ausentes os antagonismos e as contradições de uma sociedade dividida em classe.” (SOARES, 1995, *apud* LEMOS, 1999).

O mais importante dentro do ensino da EJA é reconhecer as possibilidades de aprendizado sem preconceitos culturais, sabendo aproveitar as interações sociais de cada aluno dentro da sala de aula, fazendo com que os próprios alunos desenvolvam e construam este conhecimento, tornando a prática da escrita mais natural. Sendo assim, avançamos para nossas reflexões finais sobre a pesquisa.

## 5. Conclusões finais

A pesquisa realizada revela que a EJA surgiu como uma iniciativa séria e inclusiva, respaldada por leis que estabelecem a educação como um direito fundamental. A emenda constitucional de 1996 marcou um avanço significativo na educação, abrindo caminho para a implementação da EJA por meio dos programas de supletivo. Destaca-se nesse contexto a figura de Paulo Freire, considerado um grande defensor e sistematizador desse sistema



educacional, que visa atender a população mais vulnerável e contribuir para o aumento das taxas de alfabetização. Seu método, amplamente reconhecido internacionalmente, representa um marco na educação do Brasil.

O programa EJA possui princípios orientadores que têm o propósito de agregar e incentivar, apoiados por uma base jurídica bem fundamentada que, teoricamente, assegura o acesso à educação e se compromete a combater a evasão escolar, buscando facilitar a alfabetização. O documento PCN desempenhou um papel crucial ao regulamentar o ensino de Língua Portuguesa, promovendo o aprendizado de diversos gêneros textuais e incentivando a prática da escrita, diretamente ligada ao domínio da leitura.

Nesse contexto, a educação assume um papel fundamental e de extrema importância para todos, como afirmado por Paulo Freire (2000): "Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda." Portanto, os professores desempenham um papel essencial nesse processo, atuando não apenas como educadores tradicionais, mas também como facilitadores que buscam o caminho adequado para a aprendizagem, levando em consideração a vivência e as características do público que estão ensinando. A prática da observação torna-se uma ferramenta enriquecedora, permitindo aos educadores identificar as melhores abordagens para que o conhecimento flua de maneira eficaz, criando práticas de leitura e escrita que se relacionam com o cotidiano dos alunos, incentivando uma aprendizagem mais natural.

É importante ressaltar que a leitura e a escrita são práticas sociais essenciais para a sobrevivência dos alunos na sociedade contemporânea. O sucesso na implementação dessas práticas gera independência, eleva a autoestima, abre portas para a aquisição de novos conhecimentos e habilidades profissionais, iniciando assim um ciclo virtuoso que trará benefícios duradouros.



# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana de; CORSO, Angela Maria. A Educação de Jovens e Adultos: Aspectos Históricos e Sociais. **EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação**. Paraná, 2015. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753\\_10167.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753_10167.pdf)>. Acesso em 01 out. 2022.

BAGNO, Marcos. A desconstrução do preconceito linguístico. In: \_\_\_\_\_. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999, p. 105-146.<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em 05 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto; Secretaria Educação Fundamental; **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998, p. 69-75. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>>. Acesso em 05 out. 2022.

BRASIL, **Constituição (1988) Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96** | Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação de jovens e adultos**. Brasília. 2000.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>>. Acesso em 05 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto; Secretaria Educação Fundamental; **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Parâmetros Curriculares Nacionais (5º a 8º séries)**. Brasília: MEC/SEF, 1998, p. 58.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta curricular para a educação de jovens e adultos**. Volume 1. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano nacional de educação**. Brasília. 2001.

BRITTO, Luiz Percival. Máximas Impertinentes. **Na Ponta do Lápis**, São Paulo, SP, n. 27, p. 32-40, 2016.



# REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

DOLZ, Joaquim; GAGNON, Roxane; DECÂNIO, Fabrício. Ensinar a Produção Escrita. *In*: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (Orgs.). **Produção escrita e dificuldades de aprendizagem**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. cap. 1, p. 13-29.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: 11 cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

LEMOS, Marlene Emília Pinheiro de. Proposta curricular. *In*. **Salto para o futuro** - Educação de jovens e adultos/Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

NAZAR, Suzana. Brasil tem 10 milhões de analfabetos, apesar da queda na taxa em 2022. *In*: **jornal.usp.br**. 2023. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-tem-10-milhoes-de-analfabetos-apesar-da-queda-na-taxa-em-2022/>>. Acesso em 14 jun. 2023.

*Recebido em: 24/10/2023*

*Aprovado em: 26/10/2023*

*Publicado em: 29/10/2023*